

A PROPÓSITO DO *EMÍLIO* DE ROUSSEAU E O ESTATUTO DA LITERATURA INFANTIL

Livia GROTTO*

RESUMO: O artigo comenta *Emilio ou da Educação* de Jean-Jacques Rousseau argumentando que este livro, contemporâneo do próprio surgimento da literatura infantil, é um dos responsáveis por inscrever certas características do livro destinado às crianças e jovens. Essas características percorreram a literatura infantil de forma subterrânea, mas efetiva; sutil, mas contestatária, e hoje constituem sua expressão principal ou, pelo menos, o que de mais interessante existe em termos de concepção de livro destinado à infância e à juventude. As observações propostas a partir de *Emilio* também abrem uma reflexão sobre o estatuto atual da literatura infantil, mostrando-a como um espaço de experimentação, de novidade e de liberdade criativa, tanto para os autores quanto para seus receptores.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil. Rousseau. Livro. Ensino. Estatuto da literatura infantil.

Para Joaquim

A literatura infantil: fruto de seu contexto de surgimento

Regina Zilberman (2003), no ensaio intitulado “Estatuto da literatura infantil”, explica que foi durante o século XVIII que surgiram os textos destinados a crianças e jovens. Ramo menor da literatura, tinha, então, motivação muito mais formadora e pedagógica do que propriamente literária. Tanto no ambiente escolar quanto no doméstico, colaborava com o isolamento das crianças do meio adulto, deixando aos adultos apenas certos temas como a morte, o sexo ou a enfermidade. A literatura infantil também teria sido nesse período um instrumento de ensino, um meio de acesso progressivo ao real e uma forma de expansão dos recursos

* Pós-doutoranda em Literatura Hispano-americana. USP - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Financiamento da FAPESP/CAPES. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 - liviagrotto@gmail.com

linguísticos. Um meio de acesso à língua, pode-se reforçar, destinado aos “sem fala inteligível”, conforme a etimologia grega da palavra “infância”.

Num período anterior à Revolução Industrial inglesa e anterior à Revolução Francesa, mas que, dado o contexto de desigualdade, já prefigurava esses momentos da História, a literatura infantil servia, então, a dois tipos de pragmatismo. O primeiro deles associado à triagem do mercado de trabalho e à consequente exclusão das crianças (e das mulheres, que passaram a ser responsáveis por elas) do ambiente dos trabalhadores¹. A segunda razão prática respondia aos interesses da indústria nascente. Quando as crianças crescessem, deveriam estar prontas para trabalhar, seja como administradores (no caso de serem os filhos da burguesia e trabalharem com a mente), seja como mão-de-obra (no caso de serem os filhos de proletários e trabalharem com a força bruta, ainda que ordeira).

Essas duas razões de ser da literatura infantil são o que, até os dias de hoje, fazem com que represente um ramo desprestigiado no interior do cânone literário em geral. Considera-se que desde o seu surgimento esteve marcada pela dicotomia entre o didatismo e as possibilidades de criação, uma antinomia que reforçaria o lugar de segunda classe no qual se inscreve: dividida entre ser e não ser literatura, hesitando entre a missão de educar e a missão literária. É graças a esse histórico que Zilberman (2003) compreende as características que lhe são atribuídas, semelhantes à da infância em geral: a menoridade, a inferioridade e o estágio de literatura em desenvolvimento.

Como esse tipo de literatura é produzido por adultos e destinado a crianças e jovens, esta relação assimétrica é considerada, além disso, como uma adaptação dos primeiros às capacidades dos segundos. Tal assimetria, assinalada por Zilberman (2003), apenas reforçaria as acusações de pseudoliteratura e de forma artística diminuída, uma vez que os processos de criação e de escrita seriam contingentes e privados da liberdade que o artista teria em outras circunstâncias.

Como outros estudiosos e especialistas, portanto, Zilberman relaciona o surgimento da literatura infantil com o seu contexto histórico, mostrando que as condições de seu aparecimento determinaram a presença, nos livros infantis, do didatismo, das informações moralizantes, do exemplo a ser seguido, da veiculação

¹ O isolamento doméstico das crianças, junto à mãe, podia funcionar para as famílias burguesas, mas este não era o caso dos proletários, que dependiam da renda gerada pelo trabalho infantil. Por isso, nos séculos XVII-XVIII surgem também as primeiras escolas e, mais do que isso, a obrigatoriedade do ensino dos meninos (que seria estendida às meninas, em muitos países europeus, apenas durante o século XIX). Com as crianças nas escolas e as mulheres em casa – pensavam então – os homens passariam a trabalhar mais e a perder menos tempo com a idealização de revoltas. Para mais detalhes, confira Zilberman (2003).

de normas de percepção de mundo, etc. Sem negar que essas características ainda permeiam parte significativa dos livros destinados às crianças, gostaria de refletir de forma mais detida sobre uma obra e um autor do século XVIII, filósofo, romancista, músico, contestador do Iluminismo apesar de ser um de seus integrantes mais representativos e, por fim, autor da *paideia* que até os dias de hoje marca outro caminho para a compreensão da literatura infantil. Trata-se de *Emílio ou da Educação* de Jean-Jacques Rousseau². Gostaria de comentá-lo brevemente na tentativa de indicar que este livro é o responsável por inscrever certas características da literatura infantil que percorreram-na de forma subterrânea, mas efetiva; sutil, mas contestatária, e que hoje constituem sua expressão principal ou, pelo menos, o que de mais interessante existe em termos de concepção de livro destinado à infância e à juventude. Essas observações também permitem abrir uma reflexão sobre o estatuto atual da literatura infantil, mostrando-a como um espaço de experimentação, de novidade e de liberdade criativa, tanto para os autores quanto para seus receptores.

Qual é o tipo de homem que a literatura infantil deve formar?

Antes, entretanto, de passar ao texto do *Emílio* de Rousseau, é importante mencionar que nos nossos dias, diferentemente da Antiga Grécia e diferentemente do Iluminismo do século XVIII, não dispomos de uma **paideia**, no sentido de que não dispomos de um acordo de uma parte significativa ou influente da sociedade sobre qual tipo de homem ela deseja ou necessita formar. Os antigos gregos, segundo o detalhado estudo que Werner Jaeger (2001) publicou nos anos 1930-1940, tinham um ideal de como transmitir os valores e os saberes técnicos.

Nossa última *paideia*, no sentido de uma concepção de homem a ser formado, foi provavelmente o *Emílio*, publicado em 1762. Atualmente, pode-se dizer que a sociedade encontra-se subdividida em segmentos restritos. As famílias, bastante nucleares e reduzidas, são heterogêneas e é praticamente impossível idealizar uma formação específica que sirva para uma grande variedade de formas de vida, de visões a respeito do ser humano, de expectativas em relação ao futuro, etc. Essa situação ramificada, que relativiza a maior parte dos valores, além de gerar uma crise da escola enquanto instituição, transformou os leitores mirins em mercado consumidor. Como os pais, os escritores, os intelectuais, os filósofos ou a sociedade em geral não têm um consenso em relação à função da literatura

² Confira Rousseau (1971).

infantil, o mercado preenche esse espaço, oferecendo o livro como um objeto de desejo.

E se é verdade que as famílias são muito diferentes entre si, também é verdade que, apesar disso, os pais querem que seus filhos sejam mais do que eles próprios são, inclusive, mais leitores. Daí o crescimento de um mercado do tipo Clube do Livro focado nas crianças. “Leiturinha” é um de seus nomes, mas existem outras modalidades que seguem um contrato no qual os pais pagam uma mensalidade e recebem em casa livros infantis – que frequentemente não foram escolhidos por eles. Esses livros seguem as classificações editoriais que estabelecem de 0 a 2 anos, de 3 a 5, etc. Muito maior do que esse mercado, também pela abrangência de classes sociais menos favorecidas, é o mercado de livros infantis movimentado pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do Ministério da Educação (MEC), que seleciona e compra, a partir do que encontra disponível no mercado, os livros que serão distribuídos para todas as escolas públicas do país.

Hoje, portanto, não é possível obliterar o fato de que o mercado do livro infantil brasileiro é um dos mais pujantes, ocupando, segundo variações estatísticas, de 25 a 35% do total de vendas. Independentemente das crises econômicas, este é um dos ramos que sempre tem crescimento, ano após ano. Atualmente, o peso, por assim dizer, da literatura infantil, tem muito a ver com essa política mercantil que descobriu no livro um novo espaço de consumo, com grandes possibilidades de expansão. Daí as Fundações Nacionais do Livro Infantil, mantidas por um conjunto de editoras em cada país. E, igualmente, a proliferação das Feiras Internacionais do Livro infanto-juvenil.

Emílio ou da Educação

Conhecendo, pois, essas ressalvas em relação ao livro infantil e ao mercado consumidor, sigamos em direção ao *Emílio*, obra que funda uma tradição marginal para a literatura infantil. O *Emílio*, além disso, e a despeito das injunções e artimanhas do mercado editorial do século XXI, pode explicar as origens da parte mais significativa da produção literária dedicada ao público infanto-juvenil, assim como seu estatuto.

Emílio ou da Educação, segundo o prefácio do próprio autor, não é um tratado sobre a educação. É nesse sentido que esse livro combate certas posições do Iluminismo, sobretudo as de John Locke em seu livro *Alguns pensamentos sobre a educação*³, de 1693. Diferentemente dele, ao defender que os homens

³ Confira Locke (2012).

eram naturalmente bons, Rousseau combatia tanto o dogma do pecado original veiculado pela Igreja católica, quanto a preocupação imperante de prescrever o que deveria ser feito e o que deveria ser proibido na educação das crianças e jovens. Em vez, portanto, de elaborar um manual ou um método que receitasse o que é da ordem do factível, o filósofo propunha a reflexão constante através da qual se deveria pesar o bom e o ruim, o útil e o inútil, o natural e o não-natural. Não é à toa que no mesmo ano em que foi publicado, o livro foi condenado pelo Parlamento Francês e pela Igreja, iniciando um longo período de exílio para o autor.

Ora, a postura desse filósofo em relação ao homem pode ser reencontrada em muitos dos livros infantis aos que temos acesso hoje em dia. Livros nos quais não se prescrevem fórmulas de conhecimento e, mais do que isso, que não evitam o contato com assuntos que não são tidos como infantis, como a doença, a violência, a sexualidade, a religião ou a morte. Ao contrário, abordam a questão do matar e do morrer (geralmente ligada aos animais, sobretudo os de estimação), permitindo a seus leitores apreender, cada um a seu modo e segundo o seu estágio de desenvolvimento, o que nessas ações existe de ruim, mas também de natural⁴.

Para Rousseau, o *Emílio* era uma “teoria do homem”. Nesse sentido, essa obra reconduz o leitor a projetos anteriores⁵, como o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, a *Dissertação sobre a música moderna*, o *Discurso sobre as ciências e as artes*, a peça de teatro *Narciso ou o amante de si mesmo*, etc. O *Emílio*, além disso, é uma obra filosófica, no sentido de que não afirma, mas perscruta, especula, pergunta e levanta hipóteses a respeito do homem. É nesse sentido que o autor não assegura seu fundamento principal: a bondade inerente ao homem. Procura, antes, mostrar a origem dos vícios humanos, o “mar de paixões que nos submerge” (ROUSSEAU, 1861, p.409), identificando, pouco a pouco, que a bondade lhes era prévia. Conclui, assim, que o “homem social” contradiz sem cessar a evolução daquele primeiro “homem natural” que existia em nós, mas que cabe ao homem, com a ferramenta natural de que dispõe – ou seja, a meditação ou a reflexão – voltar a contradizer esse mundo para, assim, lutar pelo que de verdadeiro existe.

⁴ Veja-se, por exemplo, o livro de Odilon Moraes (2004), *Pedro e Lua*, sobre a morte da tartaruga de estimação. Sobre a doença, confira o artigo de Rosa Maria Hessel Silveira e Bruna Rocha Silveira (2016) no qual as pesquisadoras analisam quatro obras do universo infanto-juvenil disponíveis no mercado brasileiro. Para a abordagem da homossexualidade, veja-se, por exemplo *Meus dois pais* de Walcyr Carrasco (2016) ou *Olivia tem dois papais* de Márcia Leite (2010).

⁵ Confira Rousseau (1861).

Guardadas as devidas proporções, é fácil perceber que a atitude não-assertiva de Rousseau diante do que acreditava ser a verdade do homem é muito semelhante à das crianças, que criam suas teorias para especular sobre o que encontram diante de si, desde um evento determinado (como a morte), as funções em sociedade (como a existência do trabalho ou das escolas), a contagem do tempo, etc. É nesse sentido que boa parte da literatura infantil atual incorporou essa sensibilidade de perceber que nem sempre os modos de vida, as atitudes e as reações humanas são naturais. Elas ocorrem porque os homens, em contato uns com os outros, formam uma grande rede de relações que por vezes produz amor, alegria e diversão, por vezes angústia, sofrimento e dor.

Existir é o mesmo que sentir, afirma Rousseau no Livro I do *Emílio*, em pelo menos dois sentidos: sentir o que está à nossa volta, como o vento, o calor e a sensação da areia passando por entre os dedos, mas sentir, igualmente, no sentido de controlar e matizar os efeitos que os outros podem nos causar. Não apenas do ponto de vista dos afetos. Daí a razão para estimular na criança o que deveria se manter como próprio e natural no homem adulto: tatear o que é obscuro, incerto e até mesmo doloroso para abandonar esse labirinto no que ele tem de trevas, medo e incerteza. Tatear o labirinto para ingressar nele sem medo, no que pode oferecer de amor de si e amor ao outro, saberes, luz, bondade, alegria.

É também assim que, desde o século XVIII até os dias de hoje, a literatura infantil exerce a mediação entre as crianças e o mundo exterior. Os bons livros infantis trabalham a interioridade e estimulam essa razão sensitiva ou essa sensibilidade ativa cobrada por Rousseau. Eles produzem, assim, variações de contato com o mundo social, com o mundo externo ou, em suma, com o mundo dos adultos. Seguindo os conselhos de Rousseau – ainda que não o façam de forma consciente – os bons livros de hoje não pretendem inculcar conhecimentos, nem produzir máximas que remediem os defeitos ou vícios humanos. Erige-se, nas crianças – como para o aprendiz de Rousseau, o jovem Emílio – uma fortaleza interior, de portas muito bem fechadas para evitar a entrada de tudo o que o filósofo denunciava: a ignorância, a superstição, os dogmas, a tirania, a desigualdade entre os homens, etc.

O extenso livro que é o *Emílio* reúne uma miscelânea de gêneros e de procedimentos literários, entre digressões, encenações, ensaios curtos, diálogos, confissões, descrições, etc. Pode-se dizer que essa multiplicidade de estratégias é o resultado de uma ambivalência inscrita no objetivo desse livro, dividido que estava entre o rigor da filosofia, do raciocínio e da ciência e as ferramentas da ficção, tanto quanto da liberdade que ela proporciona. Recorde-se, a esse

propósito, que o *Emílio* divide-se em cinco livros. O Livro I considera o período do lactente, de 0 a 2 anos; o Livro II corresponde à “idade da natureza”, de 2 a 12 anos; o Livro 3 aborda a “idade da força”, de 12 a 15 anos; o Livro 4 discorre sobre a puberdade, dos 15 aos 20 anos e o Livro 5 se reserva à idade adulta, ao casamento, ao trabalho e, ainda assim, à educação. Em todas essas fases, Rousseau imagina a educação de um jovem fictício, Emílio⁶.

Essa hesitação, portanto, entre obra de rigor (filosófico, científico e lógico) e obra de ficção, dotada de personagens e de cenas inventadas, parece muito semelhante à ambivalência da literatura infantil a que nos referimos antes e conforme foi descrita por Regina Zilberman (2003). Pode-se supor, entretanto, que nem sempre esse degladiar-se entre duas situações conduz a resultados negativos. Nesse sentido, se a literatura infantil já foi entendida como menoridade, pseudoliteratura e forma artística diminuída, hoje ela passa por um momento de esplendor e de grande liberdade estética.

As duas missões, em aparência contraditórias, de educar e de produzir a fruição estética, são acompanhadas de uma indeterminação bastante propícia dos gêneros e dos suportes literários. Daí a variedade que encontramos nas prateleiras das livrarias: narrações ilustradas à maneira dos primeiros livros ou álbuns infantis, mas também livros que são quadrinhos, quebra-cabeças, travesseiros, jogos. Livros que têm relevo, que montam e desmontam, livros de pano, livros em miniatura, livros de lata, livros de plástico para brincar no banho, livros com páginas dotadas de movimento a partir de fotolitos, “livros sensitivos” que permitem sentir texturas e odores variados. Mais: livros que supõem que à narração oral dos pais se somarão outros sons, embutidos numa pequena bateria, como excertos de música ou barulhos da natureza. Os livros infantis dão prova de uma verdadeira poética experimental e criam, inclusive, novas formas de ler, novas relações com o livro, novos efeitos temporais através de páginas duplas, meias-página, deslocamentos de dobraduras, páginas recortadas, etc.

A tensão entre o texto literário e a paraliteratura não é, além disso, e pelo menos desde o início do século XX e as primeiras adaptações de clássicos para o mundo infantil, tão tachante quanto se costuma apresentar. Da mesma forma que no *Emílio* Rousseau resgata, em benefício de seu pupilo, o *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe (1971) para que ele aprenda a construir, como aquele personagem,

⁶ Apesar de o *Emílio* ainda ser um livro de nosso tempo, por causa do último grande capítulo também se pode perceber que é uma obra do século XVIII. Apenas nele o autor dedica-se a comentar o papel da mulher. De qualquer forma, e à diferença dos homens de seu tempo, Rousseau aponta para a falta de educação formal que lhes era destinada, materializada na personagem Sofia.

um mundo inteiramente novo a partir de instrumentos rudimentares, a literatura infantil opera importantes trocas com a literatura dita reconhecida. Este é o caso das adaptações e traduções de livros que originalmente eram destinados a adultos, como o *Quixote* de Cervantes (1960), o *Moby-Dick* de Melville (1971) ou *As aventuras de Tom Sawyer* e *Huckleberry Finn* de Mark Twain (1967, 2005).

Mais perto de nós, pode-se lembrar da coleção brasileira “Grandes poemas em boca miúda”, que dispõe para o público infantil (e oxalá, também para seus mediadores, os adultos), vários poemas que são considerados clássicos da literatura brasileira, como a “Canção do exílio” de Gonçalves Dias, o “Porquinho-da-índia” de Manuel Bandeira, além de Machado de Assis, Ferreira Gullar, Carlos Drummond de Andrade e outros.

Em razão de sua capacidade de oferecer níveis de leitura que se enriquecem e se complexificam ao longo da vida da criança, esses textos podem acompanhá-las durante a infância. Face a textos como esses – ou como os que Cecília Meireles, Vinicius de Moraes, Monteiro Lobato, Ana Maria Machado e Chico Buarque dedicaram às crianças – existem textos mais efêmeros do ponto de vista estético, produtos de consumo que a evolução social, as modificações das concepções de infância ou de moral tornam rapidamente caducos. Eles têm um uso restrito, para não dizer que duram o tempo de uma única leitura. Mas, afinal, esta também não é, desde sempre, a situação do panorama de livros que os adultos tiveram e têm à sua disposição? Ou, seja, de um lado livros que perduram e podem ser relidos inúmeras vezes, de outro, livros que duram o tempo de uma leitura, ou que são até abandonados?

Ainda nessa produtiva tradição de literatura infantil inspirada pelo *Emílio*, creio importante notar que os livros infantis, ao individualizar a relação que a criança tem com o texto, podem oferecer um alento para a crise da instituição escolar. Ainda hoje, afinal, vive-se uma fase de “desescolarizar” a leitura em nome do “prazer do texto”⁷. Diferentemente do que outros intelectuais elaboraram a partir do século XVIII, Rousseau planeja a educação de uma só pessoa – o próprio Emílio – segundo a mesma relação que o livro infantil estabelece com o seu receptor (ainda que antes de a criança aprender a ler essa recepção seja mediada por adultos). O foco é o Emílio em Rousseau, o foco é a criança na literatura infantil. Uma criança tão individualizada na sua relação com o livro como com as pessoas que compõem o seu entorno social e o mundo com que ela depara. Uma

⁷ Esse “desescolarizar” passou inclusive a remeter a uma série de procedimentos pouco frutíferos, adotados pela escola no ensino da literatura. Para uma boa introdução ao tema, vigente desde a década de 1970 na França, confira Foucambert (1994).

criança, em suma, tão individualizada quanto o Emílio, ligada às suas próprias circunstâncias e idiosincrasias. Nesse sentido, o livro infantil é uma ferramenta – que cada um toma a seu modo – e que permite enfrentar as dificuldades da escola, não do ponto de vista do conteúdo, mas como um espaço até certo ponto inadequado para receber as crianças e jovens de hoje, posto que eles já não são os mesmos dos séculos XVIII e XIX, para os quais a escola foi concebida.

Para terminar, cabe sublinhar que o *Emílio* é uma reflexão baseada na ficção: a de uma criança que amadurece. É, pois, por meio dela que Rousseau diz a sua verdade. A dimensão das variações imaginativas (RICŒUR, 2015) permite desrealizar o “homem do mundo” ou o “homem social” para que este reencontre o “homem da natureza”. Como para os outros pensadores do período das Luzes, o homem se faz, mas em Rousseau ele também se desfaz. É esse embate contínuo em busca de um pensamento sintético, capaz de tirar consequências concretas e particulares de princípios mais gerais, que a boa literatura infantil aprendeu a fazer com Rousseau. Por meio da ficção, a criança especula sobre a sua própria condição, no mundo e consigo mesma.

Em vez de ver o homem na criança, como faziam aqueles de seu tempo, Rousseau procurou o que existia antes do “homem social” ou mundano. Fundou, assim, a nossa concepção de infância. Considerou a criança na criança, como criança. Foi um árduo processo, mas que hoje conduz a aceitação dessa heterotopia (FOUCAULT, 2013) que é o quarto infantil. Nele, tal como recorda o escritor mexicano Juan Villoro (2008) – ele próprio, autor de livros infantis – é normal pisar num elefante que produz um som agudo, encontrar brinquedos espalhados pelo chão, a pelúcia que tem o privilégio de dormir no travesseiro, um pouco de sucata que foi transformada em casinha ou caminhão, um desenho na parede com árvores azuis e cachorros maiores do que cavalos.

Esse quarto é também a metáfora do livro infantil que vemos sobre a cama do quarto de dormir. A não ser em razão de alguns comentários que nos fazem rir, nós ignoramos o que essa criança sonha enquanto lê (ou enquanto lemos para ela), mas sabemos, graças a Rousseau, que é preciso deixar madurar a infância porque é nesse momento que se elabora a forma natural de relação com o mundo. É essa forma natural, própria do “homem natural”, que não pode se corromper quando o homem passa a integrar a sociedade. Na infância, perde-se tempo, tal como nos ensina Rousseau no Livro II, porque ainda não é questão de formar a disciplina, de dobrar-se às circunstâncias ou de aceitar as desigualdades. O amplo interesse pela fabulação, que admite, na literatura infantil, uma representação peculiar da realidade – do realismo extremo ao sobrenatural – e que também

possibilita uma linguagem criativa, tal como as próprias crianças a praticam antes de aprender a ser “inteligíveis”, renova, constantemente, a esperança de todos por um futuro diferente e melhor.

ABOUT EMILE, BY ROUSSEAU, AND THE STATUS OF CHILDREN'S LITERATURE

ABSTRACT: *This paper comments on Emile, or On Education, by Jean-Jacques Rousseau, arguing that this book, contemporary with the appearance of children's literature, is one of the responsible factors for inscribing certain characteristics in the books dedicated to children and young people. Those aspects permeated children's literature in an underground way, subtle, but effective and rebellious, and today they constitute its main expression or, at least, they represent what is more interesting in terms of book conception meant for children and youth. The observations of this paper, starting from Emile, also trigger a reflection on the status of children's literature, considering it a field of experimentation, innovation, and creative freedom – both for authors and their audience.*

KEYWORDS: *Children's literature. Rousseau. Book. Teaching. Children's literature status.*

REFERÊNCIAS

CARRASCO, W. **Meus dois pais**. São Paulo: Ática, 2016.

CERVANTES, M. de. **D. Quixote de la Mancha**. Tradução de Antonio Feliciano de Castilho. Prefácio de Federico de Anis. Rio de Janeiro: W. H. Jackson, 1960.

DEFOE, D. **Robinson Crusoe**. Texto em português de Paulo M. Huet de Bacellar da Silva. Ilustrações Alfred Zacharias. Rio de Janeiro: Ediouro, 1971.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FOUCAULT, M. As heterotopias. In: _____. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de D. Defert. Tradução de S. T. Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013. p.19-30.

JAEGER, W. W. **Paideia: a formação do homem grego**. Tradução de Artur M. Parreira, 4.ed. São Paulo: M. Fontes, 2001.

LEITE, M. **Olívia tem dois papais**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2010.

LOCKE, J. **Alguns pensamentos sobre a educação**. Lisboa: Almedina Matriz, 2012.

MELVILLE, H. **Moby-Dick or the whale**. Edited and with an introduction by Charles Child Walcutt. New York: Bantam Books, 1971.

A propósito do *Emílio* de Rousseau e o estatuto da literatura infantil

MORAES, O. **Pedro e Lua**. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

RICCEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: M. Fontes, 2015.

ROUSSEAU, J. J. **Émile ou de l'éducation. Œuvres complètes**. v.3. Préface de J. Fabre. Présentation, notes et dictionnaire politique et philosophique par M. Launay. Paris: Seuil, 1971.

_____. **Œuvres et correspondance inédites de J. J. Rousseau**. Publié par M. G. Streckeisen-Moultou. Paris: M. Lévy Frères, 1861.

SILVEIRA, R. M. H; SILVEIRA, B. R. A doença na literatura infanto-juvenil, análise de quatro obras contemporâneas. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 29, p.389-406, jun. 2016.

TWAIN, M. **As aventuras de Huckleberry Finn**. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Nacional, 2005.

_____. **As aventuras de Tom Sawyer**. Tradução e prefácio Carlos Heitor Cony. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.

VILLORO, J. Lo que hay en un nombre: el *Emilio* de Rousseau. In: _____. **De eso se trata, ensayos literarios**. Barcelona: Anagrama, 2008. p.117-132.

ZILBERMAN, R. O estatuto da literatura infantil. In: _____. **A Literatura Infantil na Escola**. 11. atual. e ampl. São Paulo: Global, 2003. p. 33-59.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MACHADO, L. R.; SANDRONI, L. (Org.). **Coleção Grandes poemas em boca miúda**. Idealização de J. Alegria. 16 livros. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2001.



